

Alerta Legislação nº 16, de 13 a 18 abr. 2020

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

**Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:**

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

DESTAQUES

Governo Federal

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 954, DE 17 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre o compartilhamento de dados por empresas de telecomunicações prestadoras de Serviço Telefônico Fixo Comutado e de Serviço Móvel Pessoal com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para fins de suporte à produção estatística oficial durante a situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), de que trata a [Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020](#).

LEI Nº 13.989, DE 15 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre o uso da telemedicina durante a crise causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2).

Governo do Estado de São Paulo

DECRETO Nº 64.946, DE 17 DE ABRIL DE 2020

Estende a medida de quarentena de que trata o [Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020](#)

DECRETO Nº 64.937, DE 13 DE ABRIL DE 2020 (RETIFICADO)

Dispõe sobre medidas de redução de despesas com pessoal e encargos sociais, durante a vigência do estado de calamidade pública decorrente da Emergência em Saúde Pública Internacional, no contexto da pandemia da COVID-19 (Novo Coronavírus)

DECRETO Nº 64.936, DE 13 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre medidas de redução de despesas no contexto da pandemia da COVID-19 (Novo Coronavírus)

Prefeitura de São Paulo

DECRETO Nº 59.363, DE 17 DE ABRIL DE 2020

Prorroga o prazo previsto no artigo 1º do [Decreto nº 59.298, de 23 de março de 2020](#), que suspende o atendimento presencial ao público em estabelecimentos comerciais e de prestação de serviço.

DECRETO Nº 59.362, DE 16 DE ABRIL DE 2020

Acresce os §§ 1º e 2º ao artigo 2º do [Decreto nº 59.283, de 16 de março de](#)

[2020](#), que declara situação de emergência no Município de São Paulo e define outras medidas para o enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus.

DECRETO Nº 59.360, DE 15 DE ABRIL DE 2020

Recomenda o uso de máscaras de proteção facial pela população do Município de São Paulo como meio complementar de prevenção ao coronavírus.

DECRETO Nº 59.359, DE 15 DE ABRIL DE 2020

Estabelece a obrigação dos hospitais localizados no Município de São Paulo de prestar informações diárias necessárias à adoção de medidas para enfrentamento da pandemia do Covid-19.

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
18/04/2020	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 954, DE 17 DE ABRIL DE 2020</u> Dispõe sobre o compartilhamento de dados por empresas de telecomunicações prestadoras de Serviço Telefônico Fixo Comutado e de Serviço Móvel Pessoal com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para fins de suporte à produção estatística oficial durante a situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 .
16/04/2020	<u>LEI COMPLEMENTAR Nº 172, DE 15 DE ABRIL DE 2020</u> Dispõe sobre a transposição e a transferência de saldos financeiros constantes dos Fundos de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, provenientes de repasses federais. <u>LEI Nº 13.989, DE 15 DE ABRIL DE 2020</u> Dispõe sobre o uso da telemedicina durante a crise causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2).
15/04/2020	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 952, DE 15 DE ABRIL DE 2020</u> Dispõe sobre a prorrogação do prazo para pagamento de tributos incidentes sobre a prestação de serviços de telecomunicações. <u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 951, DE 15 DE ABRIL DE 2020</u> (REPUBLICADA) Estabelece normas sobre compras públicas, sanções em matéria de licitação e certificação digital e dá outras providências.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL

Atos do Congresso Nacional (CN)	<u>ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 23, DE 2020</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 901, de 18 de outubro de 2019, que "Altera a Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001, que transfere ao domínio dos Estados de Roraima e do Amapá terras pertencentes à União", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 29 de março de 2020. Congresso Nacional, em 9 de abril de 2020 Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional <u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 24, DE 2020</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 921, de 7 de fevereiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União no dia 10, do mesmo mês e ano, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de R\$ 11.287.803,00, para os fins que especifica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, em 9 de abril de 2020 Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional <u>ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 22, DE 2020</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 900, de 17 de outubro de 2019, que "Autoriza a União, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente, a contratar instituição financeira para criar e gerir fundo privado constituído por recursos decorrentes da conversão de multa de que trata o art. 72, § 4º, da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e dá outras providências", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 26 de março de 2020. Congresso Nacional, em 9 de abril de 2020 Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional
Presidência da República (PR)	CONSELHO DE GOVERNO → Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) <u>RESOLUÇÃO Nº 32, DE 16 DE ABRIL DE 2020</u> Concede redução temporária, para zero por cento, da alíquota do Imposto de Importação ao amparo do artigo 50, alínea d, do Tratado de Montevideu de 1980, internalizado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, tendo por objetivo facilitar o combate à pandemia do Corona Vírus / Covid-19.
Ministério da Cidadania	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº 1 DE 16 DE ABRIL DE 2020</u> Dispõe sobre cuidados a crianças e adolescentes com medida

	protetiva de acolhimento, no contexto de transmissão comunitária do novo Coronavírus (Covid19), em todo o território nacional e dá outras providências.
Ministério da Defesa (MD)	COMANDO DO EXÉRCITO (COMEXE) → Comando Logístico (COLOG) <u>PORTARIA Nº 62 - COLOG, DE 17 DE ABRIL DE 2020</u> Dispõe sobre revogação de atos normativos. EB: 64447.006580/2020-34 O COMANDANTE LOGÍSTICO, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso XI do art. 14 do Regulamento do Comando Logístico - COLOG, aprovado pela Portaria nº 353, de 15 de março de 2019; a alínea "g" do inciso VIII do art. 1º da Portaria nº 1.700, de 8 de dezembro de 2017; e o art. 55, inciso VI, das Instruções Gerais para a Fiscalização de Produtos Controlados pelo Exército, aprovada pela Portaria nº 255, de 27 de fevereiro de 2019, todas do Comandante do Exército; e considerando o que propõe a Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados (DFPC), resolve: Art. 1º Revogar os seguintes atos normativos: I - Portaria nº 46 - COLOG, de 18 de março de 2020⁽¹⁾; II - Portaria nº 60 - COLOG, de 15 de abril de 2020 ⁽²⁾; e III - Portaria Nº 61 - COLOG, de 15 de abril de 2020 ⁽³⁾. Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Gen Ex LAERTE DE SOUZA SANTOS ⁽¹⁾ Dispõe sobre os procedimentos administrativos relativos ao acompanhamento e ao rastreamento de produtos controlados pelo Exército e o Sistema Nacional de Rastreamento de Produtos Controlados pelo Exército. ⁽²⁾ Estabelece os Dispositivos de Segurança, Identificação e Marcação das Armas de Fogo Fabricadas no País, Exportadas ou Importadas. ⁽³⁾ Altera a Portaria nº 51-COLOG, de 8 de setembro de 2015, que dispõe sobre normatização administrativa de atividades de colecionamento, tiro desportivo e caça, que envolvam a utilização de Produtos Controlados pelo Exército (PCE).
Ministério da Economia	BANCO CENTRAL DO BRASIL <u>RESOLUÇÃO Nº 4.803, DE 9 DE ABRIL DE 2020</u> Dispõe sobre os critérios para a mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações renegociadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devido à pandemia da Covid-19. <u>RESOLUÇÃO Nº 4.802, DE 9 DE ABRIL DE 2020</u> Autoriza, para produtores rurais e cooperativas singulares de produção agropecuária que tenham sofrido perdas na renda em decorrência de seca ou estiagem, a renegociação de operações de crédito rural de custeio e de investimento; e o financiamento no âmbito do Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias (Procap-Agro) ao amparo de Recursos Obrigatórios, de que trata a Seção 2 do Capítulo 6 do Manual de Crédito Rural (MCR 6-2); e cria linhas especiais de crédito de custeio ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp). <u>RESOLUÇÃO Nº 4.801, DE 9 DE ABRIL DE 2020</u> Autoriza, para produtores rurais, inclusive agricultores familiares cujas atividades tenham sido prejudicadas em decorrência das

medidas de distanciamento social adotadas para mitigar os impactos da pandemia provocada pela Covid-19, a prorrogação do reembolso das operações de crédito rural de custeio e de investimento; a contratação de Financiamento para Garantia de Preços ao Produtor (FGPP) ao amparo de Recursos Obrigatórios de que trata a Seção 2 do Capítulo 6 do Manual de Crédito Rural (MCR 6-2); e cria linhas especiais de crédito de custeio ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp).

→ **Diretoria Colegiada (DC)**

CIRCULAR Nº 3.998, DE 9 DE ABRIL DE 2020

Altera a Circular nº 3.644, de 4 de março de 2013, que estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD) de que trata a Resolução nº 4.193, de 1º de março de 2013.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF

→ **Vice-Presidência Governo**

CIRCULAR Nº 895, DE 15 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre os procedimentos de aditamentos e manutenção de contratos de financiamento do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), na modalidade NOVO FIES, dos contratos firmados a partir do 1º semestre de 2018, celebrados posteriormente a publicação da [Lei nº 13.530, de 07 de dezembro de 2017](#).

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PORTARIA Nº 9.924, DE 14 DE ABRIL DE 2020

Estabelece as condições para transação extraordinária na cobrança da dívida ativa da União, em função dos efeitos da pandemia causada pelo coronavírus (COVID-19) na capacidade de geração de resultado dos devedores inscritos em DAU.

PORTARIA Nº 9.917, DE 14 DE ABRIL DE 2020

Regulamenta a transação na cobrança da dívida ativa da União.

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.938, DE 15 DE ABRIL DE 2020

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015, que dispõe sobre o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), em decorrência da pandemia da doença pelo coronavírus 2019 (Covid-19).

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.937, DE 15 DE ABRIL DE 2020

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.861, de 27 de dezembro de 2018, que estabelece requisitos e condições para a realização de operações de importação por conta e ordem de terceiro e por encomenda.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.936, DE 15 DE ABRIL DE 2020

Altera a Instrução Normativa SRF nº 680, de 2 de outubro de 2006, que disciplina o despacho aduaneiro de importação, em

	decorrência da pandemia da doença pelo coronavírus 2019 (Covid19). SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA → Conselho Nacional de Política Fazendária <u>ATO Nº 11, DE 13 DE ABRIL DE 2020</u> Altera o Ato COTEPE/PMPF 10/20, que divulga o preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis. <u>ATO COTEPE/PMPF Nº 10, DE 9 DE ABRIL DE 2020</u> Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis.
Ministério da Educação	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 383, DE 9 DE ABRIL DE 2020</u> Dispõe sobre a antecipação da colação de grau para os alunos dos cursos de Medicina, Enfermagem, Farmácia e Fisioterapia, como ação de combate à pandemia do novo coronavírus - Covid-19.
Ministério da Saúde	AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) → Diretoria Colegiada (DC) <u>RESOLUÇÃO - RDC Nº 375, DE 17 DE ABRIL DE 2020</u> Dispõe, de forma extraordinária e temporária, sobre o regime para a submissão de ensaios clínicos utilizados para a validação de dispositivos médicos de classes III e IV identificados como prioritários para uso em serviços de saúde, em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada ao SARS-CoV-2. <u>RESOLUÇÃO - RDC Nº 374, DE 16 DE ABRIL DE 2020</u> Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, para adequação à Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014, que altera o prazo de vigência para a Autorização de Funcionamento de Empresas para prestadores de serviço em Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados e para adequação ao art. 50 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que estabelece a validade em todo o território nacional da Autorização de Funcionamento de Empresa. <u>RESOLUÇÃO - RDC Nº 373, DE 16 DE ABRIL DE 2020</u> Altera o art. 29 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 72, de 29 de dezembro de 2009 que dispõe sobre o Regulamento Técnico que visa à promoção da saúde nos portos de controle sanitário instalados em território nacional, e embarcações que por eles transitem durante a Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) COVID-19. <u>RESOLUÇÃO - RDC Nº 372, DE 15 DE ABRIL DE 2020</u> Dispõe sobre a atualização do Anexo I (Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial) da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998, e dá outras providências. <u>RESOLUÇÃO - RDC Nº 371, DE 15 DE ABRIL DE 2020</u>

	Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 370, de 13 de abril de 2020, que dispõe sobre a autorização prévia para fins de exportação de matéria-prima, produto semi-elaborado, produto a granel ou produto farmacêutico acabado destinados ao combate da COVID-19. <u>RESOLUÇÃO - RDC Nº 370, DE 13 DE ABRIL DE 2020</u> Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 352, de 20 de março de 2020, que dispõe sobre a autorização prévia para fins de exportação de matéria-prima, produto semi-elaborado, produto a granel ou produto farmacêutico acabado destinados ao combate da COVID-19. SECRETARIA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE <u>PORTARIA Nº 29, DE 16 DE ABRIL DE 2020</u> Prorroga o prazo da etapa de transição da capacitação ponderada do Programa Previne Brasil, referente à Portaria nº 2.979/GM/MS, de 12 de novembro de 2019, para as equipes de Saúde da Família e equipes de Atenção Primária do Distrito Federal e municípios constantes no Anexo da Portaria nº 172/GM/MS, de 31 de janeiro de 2020, considerando o contexto da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (covid-19).
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
18/04/2020	<u>DECRETO Nº 64.946, DE 17 DE ABRIL DE 2020</u> Estende a medida de quarentena de que trata o Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020
17/04/2020	<u>DECRETO Nº 64.942, DE 16 DE ABRIL DE 2020</u> Suspende o expediente das repartições públicas estaduais no dia 20 de abril de 2020, e dá providências correlatas
14/04/2020	<u>DECRETO Nº 64.938, DE 13 DE ABRIL DE 2020</u> Dispõe sobre a ação Alimento Solidário, no âmbito do Projeto Família Paulista, instituído pelo Decreto nº 61.675, de 2 de dezembro de 2015, e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 64.937, DE 13 DE ABRIL DE 2020 (RETIFICADO)</u> Dispõe sobre medidas de redução de despesas com pessoal e encargos sociais, durante a vigência do estado de calamidade pública decorrente da Emergência em Saúde Pública Internacional, no contexto da pandemia da COVID-19 (Novo Coronavírus) <u>DECRETO Nº 64.936, DE 13 DE ABRIL DE 2020</u> Dispõe sobre medidas de redução de despesas no contexto da

	pandemia da COVID-19 (Novo Coronavírus)
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Desenvolvimento Social (SEDS)	GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>RESOLUÇÃO SEDS-9, DE 14-04-2020</u> Dispõe sobre a Norma Operacional Básica para a Ação Alimento Solidário e dá providências correlatas CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CONSEAS) <u>DELIBERAÇÃO CONSEAS - 9, DE 16-4-2020</u> Dispõe sobre a aprovação do repasse da Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDS, no âmbito do Projeto Família Paulista - Ação Alimento Solidário para os municípios elegíveis do Estado de São Paulo
Fazenda e Planejamento (SFP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SFP 31, DE 15-04-2020</u> O Secretário da Fazenda e Planejamento, à vista do disposto no artigo 5º da Resolução SF 08, de 19-01-2018, faz publicar o índice de variação nominal da arrecadação e o valor unitário da quota, para fins do estabelecido no artigo 16 da <u>Lei Complementar 1.059, de 18-09-2008</u>, alterado pela <u>Lei Complementar 1296, de 02-01-2017</u>:
Governo (SG)	AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO E ENERGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO (ARSESP) <u>DELIBERAÇÃO ARSESP - 985, DE 16-4-2020</u> Dispõe sobre o diferimento no pagamento pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp da Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização – TRCF, relativa ao período de maio de 2020 a dezembro de 2020, em caráter excepcional e transitório, em razão dos impactos causados pela disseminação do COVID-19 <u>DELIBERAÇÃO ARSESP - 984, DE 16-4-2020</u> Dispõe sobre o diferimento no pagamento pela Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS da Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização – TRCF, relativa ao período de maio de 2020 a dezembro de 2020, em caráter excepcional e transitório, em razão dos impactos causados pela disseminação do COVID-19 <u>DELIBERAÇÃO ARSESP 981, DE 13-04-2020</u> Dispõe sobre a instituição da agenda regulatória da Arsesp - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo para o biênio 2020-2021
Habitação (SH)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SH -3, DE 13-4-2020</u> Estabelece o Regulamento do Programa Nossa Casa, no modelo de

	Fomento Habitacional por Subsídio <u>RESOLUÇÃO SH - 2, DE 13-4-2020</u> Altera dispositivos da Resolução SH - 59, de 24-9-2019, que estabelece o Regulamento do Programa Nossa Casa, no modelo de Fomento Habitacional por Apoio Técnico Conveniado
Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SIMA-28, DE 17-04-2020</u> Dispõe sobre os critérios para a concessão de autorizações em caráter emergencial para a atividade de implantação de roças tradicionais praticadas por povos e comunidades tradicionais no Estado de São Paulo, em resposta à Pandemia de COVID-19 (Novo Coronavírus)
Justiça e Cidadania (SJC)	FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR (PROCON) <u>PORTARIA NORMATIVA PROCON - 65, DE 13-4-2020</u> Dispõe sobre a prorrogação da suspensão dos prazos processuais
Saúde (SS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS - 51, DE 13-4-2020</u> Altera o Anexo da Resolução SS 82 de 23, publicada em 24-07-2012 que dispõe sobre a identificação das unidades de saúde por áreas e a fixação de limites para a realização de Plantões e Plantões em Estado de Disponibilidade pelas classes de Médico, Médico Sanitarista e Cirurgião Dentista e dá providências correlatas <u>RESOLUÇÃO SS - 53, DE 13-4-2020</u> Regulamenta, estabelece competências, fluxos e responsabilidades na regulação do acesso à saúde, no âmbito das internações nos leitos hospitalares disponibilizados pelas unidades de saúde vinculadas ao Sistema Único de Saúde (SUS) da Administração Direta, Indireta, Autárquica, Contratada ou Conveniada com o Estado de São Paulo/Secretaria de Estado da Saúde - SES-SP, por meio da Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde (CROSS) <u>RESOLUÇÃO SS - 52, DE 13-4-2020</u> Estabelece fluxo para a transferência de pacientes sem suspeita de Covid-19, internados em estabelecimentos de saúde de maior complexidade, que atuarão como referência para Covid-19, com vistas à ampliação de leitos para atendimento à pandemia <u>RESOLUÇÃO SS - 51, DE 13-4-2020</u> Altera o Anexo da Resolução SS 82 de 23, publicada em 24-07-2012 que dispõe sobre a identificação das unidades de saúde por áreas e a fixação de limites para a realização de Plantões e Plantões em Estado de Disponibilidade pelas classes de Médico, Médico Sanitarista e Cirurgião Dentista e dá providências correlatas

Segurança Pública (SSP)	POLÍCIA CIVIL DO ESTADO (PCESP) ↳ Delegacia Geral de Polícia Dr. Maurício Henrique Guimarães Pereira (DGP) <u>PORTARIA DGP - 24, DE 13-4-2020</u> Estabelece rotina de atendimento de ocorrências por meio da Delegacia Eletrônica e dá providências correlatas
Universidade de São Paulo (USP)	REITORIA <u>RESOLUÇÃO 7948, DE 16-04-2020</u> Altera os artigos 4º e 5º da Resolução 5.872/2010, que trata do tempo máximo de duração do contrato de docente por prazo determinado
Universidade Estadual Paulista (UNESP)	REITORIA <u>PORTARIA UNESP-126, DE 13-4-2020</u> Define as diretrizes para realização das atividades de pós-graduação em razão da pandemia da Covid-19
Publicação DOE Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
18/04/2020	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 262, DE 2020</u> Dispõe sobre a suspensão temporária da cobrança das tarifas de pedágio nas rodovias estaduais enquanto perdurar o estado de calamidade pública decretado no Estado de São Paulo em decorrência da Pandemia do novo coronavírus (COVID-19) DOE, Legislativo, 18/04/2020, p. 6 <u>PROJETO DE LEI Nº 261, DE 2020</u> Dispõe sobre a obrigatoriedade de uso e fornecimento de máscaras em estabelecimentos públicos, industriais, comerciais e bancários, como medida de enfrentamento à disseminação do novo Coronavírus, causador da COVID-19, na forma que indica, e dá outras providências. DOE, Legislativo, 18/04/2020, p. 5 <u>PROJETO DE LEI Nº 260, DE 2020</u> Impede a presença de servidores da educação nos prédios e assegura condições de acessibilidade de dados para atividade remota, no período de combate ao Covid19. DOE, Legislativo, 18/04/2020, p. 5 <u>PROJETO DE LEI Nº 259, DE 2020</u> Classifica a prática de exercícios físicos como atividade essencial para o cidadão. DOE, Legislativo, 18/04/2020, p. 5 <u>PROJETO DE LEI Nº 258, DE 2020</u> Fica autorizado o Poder Executivo a promover medidas excepcionais no âmbito dos contratos administrativos de prestação de serviços e outras medidas em face da situação de emergência e estado de calamidade pública decorrentes do coronavírus, no

	âmbito do Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 18/04/2020, p. 5 <u>PROJETO DE LEI Nº 257, DE 2020</u> Reconhece a prática de atividades e exercícios físicos como essenciais para a população de São Paulo em estabelecimentos prestadores de serviços destinados a essa finalidade, bem como em espaços públicos em tempos de crises ocasionadas por moléstias contagiosas ou catástrofes naturais. DOE, Legislativo, 18/04/2020, p. 5 <u>PROJETO DE LEI Nº 256, DE 2020</u> Institui o programa "Tamo Junto", no âmbito do Estado, e dá outras providências. DOE, Legislativo, 18/04/2020, p. 5
17/04/2020	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 255, DE 2020</u> Dispõe sobre uma central de informações sobre pacientes internados no SUS durante a pandemia do covid-19. DOE, Legislativo, 17/04/2020, p. 7 <u>PROJETO DE LEI Nº 254, DE 2020</u> Cria no âmbito do Estado de São Paulo o programa de transferência condicionada de renda - cartão família paulista. DOE, Legislativo, 17/04/2020, p. 6 <u>PROJETO DE LEI Nº 253, DE 2020</u> Cria o Programa de Auxílio Emergencial para trabalhadores do setor cultural e para Espaços Culturais. DOE, Legislativo, 17/04/2020, p. 6 <u>PROJETO DE LEI Nº 252, DE 2020</u> Autoriza o Poder Executivo a criar a Central Única de Regulação e a Fila Única Estadual para internação em UTIs de pacientes com suspeita ou contaminação por COVID-19. DOE, Legislativo, 17/04/2020, p. 5 <u>PROJETO DE LEI Nº 251, DE 2020</u> Insere no rol de grupo de risco as pessoas com Transtorno do Espectro Autista - TEA durante o período da pandemia no âmbito do estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 17/04/2020, p. 5 <u>PROJETO DE LEI Nº 250, DE 2020</u> Altera a Lei nº 10.705, de 28 de dezembro de 2000, que dispõe sobre o Imposto sobre a Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD visando à mitigação dos efeitos da pandemia do novo coronavírus - COVID 19 no âmbito do Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 17/04/2020, p. 5 <u>PROJETO DE LEI Nº 249, DE 2020</u> Autoriza o Poder Executivo a requisitar leitos hospitalares privados para atendimento de pacientes da rede pública e do SUS, bem como vagas de hospedagem para funcionários da saúde, no período de combate ao Covid-19.

	DOE, Legislativo, 17/04/2020, p. 5 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE) COMUNICADOS COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL <u>COMUNICADO SDG Nº 16/2020</u> O Tribunal de Contas do Estado COMUNICA que, em razão dos graves transtornos causados pela pandemia da COVID-19, realizará, em caráter excepcional e temporário, suas Sessões de Câmaras e do Tribunal Pleno pelo sistema eletrônico de videoconferência. As Sessões terão a dinâmica das presenciais e obedecerão às mesmas regras regimentais. As sustentações orais deverão ser requeridas por responsáveis ou advogados devidamente habilitados em até 24 (vinte e quatro) horas anteriores à realização das Sessões, mediante preenchimento de formulário apropriado disponível no endereço http://www.tce.sp.gov.br/sustentacao-oral. Eventual apresentação de memoriais deverá ser igualmente realizada em até 24 (vinte e quatro) horas anteriores à realização das Sessões, exclusivamente em meio digital, por sistema disponível no endereço http://www.tce.sp.gov.br/memoriais. As peças de memoriais deverão ser produzidas no formato PDF Pesquisável e devidamente assinadas de forma física ou eletrônica, neste último caso mediante certificado digital (Padrão A3, ICP-Brasil válido e operacional). A primeira Sessão será realizada às 10 horas do dia 28 de abril de 2020, e a partir daí na conformidade dos artigos 73 e 74 do Regimento Interno. SDG, em 16 de abril de 2020 Sérgio Ciquera Rossi Secretário-Diretor Geral DOE, Legislativo, 17/04/2020, p. 12
16/04/2020	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 248, DE 2020</u> Cria a jornada de trabalho estadual de 30 horas semanais aos enfermeiros, técnicos de enfermagem e auxiliares de enfermagem, no Estado de São Paulo DOE, Legislativo, 16/04/2020, p. 5 <u>PROJETO DE LEI Nº 247, DE 2020</u> Dispõe sobre a suspensão temporária dos descontos de empréstimos consignados em folha de pagamento no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Estado de São Paulo, como medida de combate e prevenção à contaminação do novo coronavírus (COVID-19) DOE, Legislativo, 16/04/2020, p. 5 PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS <u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 13, DE 2020</u> Revoga o Decreto nº 64.937, de 13 de abril de 2020 de São Paulo, que "Dispõe sobre medidas de redução de despesas com pessoal e encargos sociais, durante a vigência do estado de calamidade pública decorrente da Emergência em Saúde Pública Internacional, no contexto da pandemia da COVID-19 (Novo Coronavírus)".

15/04/2020

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 246, DE 2020

Autoriza o Poder Executivo a pagar adicional extraordinário a trabalhadores e servidores das áreas da enfermagem e de atendimento epidemiológico e sanitário, decorrente de suas atividades no período de combate ao Covid-19.

[DOE, Legislativo, 15/04/2020, p. 5](#)

PROJETO DE LEI Nº 245, DE 2020

Autoriza a criação das Linhas de "Crédito FEAP emergencial" e "Microcrédito FEAP emergencial" para os agricultores familiares, pequenos produtores, pescadores artesanais, assentados, populações indígenas e quilombolas, suas cooperativas e associações, durante a vigência do [Decreto nº 64.879 de 20 de março de 2020](#) que reconheceu em todo o Estado de São Paulo o estado de calamidade pública.

[DOE, Legislativo, 15/04/2020, p. 5](#)

PROJETO DE LEI Nº 244, DE 2020

Obriga o poder público a fornecer e incentivar o uso de máscaras, álcool gel e equipamento de aferição de temperatura em entidades de Organização não Governamentais – ONG's de assistência social que prestam serviços no enfrentamento ao novo coronavírus, no âmbito do estado de São Paulo e dá outras providências.

[DOE, Legislativo, 15/04/2020, p. 5](#)

PROJETO DE LEI Nº 243, DE 2020

Dispõe sobre a obrigatoriedade de uso e fornecimento de máscaras, álcool gel e aferição de temperatura em estabelecimentos privados determinados por atividades essenciais, como medida de enfrentamento ao novo coronavírus, no âmbito do estado de São Paulo e dá outras providências.

[DOE, Legislativo, 15/04/2020, p. 5](#)

PROJETO DE LEI Nº 242, DE 2020

Dispõe sobre a instalação de banheiros químicos em locais que especifica.

[DOE, Legislativo, 15/04/2020, p. 5](#)

PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 12, DE 2020

Ficam suspensos os incisos I e II do artigo 1º do [Decreto nº 64.937, de 13 de abril de 2020](#), do Poder Executivo Estadual.

[DOE, Legislativo, 15/04/2020, p. 6](#)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2020

Susta os efeitos do [Decreto nº 64.937, de 13 de abril de 2020](#), que dispõe sobre medidas de redução de despesas com pessoal e encargos sociais, durante a vigência do estado de calamidade pública decorrente da Emergência em Saúde Pública Internacional, no contexto da pandemia da COVID-19 (Novo Coronavírus).

[DOE, Legislativo, 15/04/2020, p. 5](#)

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE) COMUNICADOS

	COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL <u>COMUNICADO SDG Nº 15/2020</u> O Tribunal de Contas do Estado COMUNICA que, em razão dos graves transtornos causados pela pandemia da COVID-19, realizará, em caráter excepcional e temporário, suas Sessões de Câmaras e do Tribunal Pleno pelo sistema eletrônico de videoconferência. As Sessões terão a dinâmica das presenciais e obedecerão às mesmas regras regimentais. As sustentações orais deverão ser requeridas por responsáveis ou advogados devidamente habilitados em até 24 (vinte e quatro) horas anteriores à realização das Sessões, mediante preenchimento de formulário apropriado disponível na página eletrônica no endereço http://www.tce.sp.gov.br/sustentacao-oral. A primeira Sessão será realizada às 10 horas do dia 28 de abril de 2020, e a partir daí na conformidade dos artigos 73 e 74 do Regimento Interno. SDG, em 13 de abril de 2020 Sérgio Ciquera Rossi Secretário-Diretor Geral DOE, Legislativo, 14/04/2020, p. 10
14/04/2020	LEIS COMPLEMENTARES <u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.355, DE 13 DE ABRIL DE 2020</u> (Projeto de lei complementar nº 54, de 2019) Dispõe sobre a concessão de revisão geral anual prevista no inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, combinado com a Lei nº 12.680, de 16 de julho de 2007 DOE, Legislativo, 14/04/2020, p. 6 PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 241, DE 2020</u> Estabelece procedimento virtual de informações e acolhimento dos familiares de pessoas internadas por Covid-19 em hospitais públicos, privados ou de campanha sediados no Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 14/04/2020, p. 7 <u>PROJETO DE LEI Nº 240, DE 2020</u> Dispõe sobre a autorização de realização domiciliar de testes laboratoriais gratuitos nas pessoas com sintomas de covid-19, no âmbito do Estado de São Paulo, enquanto permanecer o estado de emergência decretado pelo governo do Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 14/04/2020, p. 7 <u>PROJETO DE LEI Nº 239, DE 2020</u> Suspende o pagamento de jetons e demais remunerações e/ou gratificações de qualquer natureza aos membros dos Conselhos de Administração e dos Conselhos Fiscais das Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações Públicas do Governo do Estado de São Paulo, durante a pandemia de Covid-19. DOE, Legislativo, 14/04/2020, p. 7 <u>PROJETO DE LEI Nº 238, DE 2020</u> Dispõe sobre a restrição a cultos presenciais em templos religiosos como parte dos protocolos de prevenção e eliminação de condições propícias à propagação do COVID-19.

	DOE, Legislativo, 14/04/2020, p. 7 <u>PROJETO DE LEI Nº 237, DE 2020</u> Autoriza o Poder Executivo a adotar medidas excepcionais nos contratos de prestação de serviços, para assegurar o pagamento de professores eventuais, professores temporários e funcionários terceirizados. DOE, Legislativo, 14/04/2020, p. 6
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
18/04/2020	<u>DECRETO Nº 59.363, DE 17 DE ABRIL DE 2020</u> Prorroga o prazo previsto no artigo 1º do Decreto nº 59.298, de 23 de março de 2020, que suspende o atendimento presencial ao público em estabelecimentos comerciais e de prestação de serviço.
17/04/2020	<u>DECRETO Nº 59.362, DE 16 DE ABRIL DE 2020</u> Acresce os §§ 1º e 2º ao artigo 2º do Decreto nº 59.283, de 16 de março de 2020, que declara situação de emergência no Município de São Paulo e define outras medidas para o enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus. <u>DECRETO Nº 59.361, DE 16 DE ABRIL DE 2020</u> Declara ponto facultativo nas repartições públicas municipais da Administração Direta, Autarquias e Fundações no dia 20 de abril de 2020, e suspende a compensação de horas relativas aos dias de suspensão de expediente, nos termos que especifica.
16/04/2020	<u>DECRETO Nº 59.360, DE 15 DE ABRIL DE 2020</u> Recomenda o uso de máscaras de proteção facial pela população do Município de São Paulo como meio complementar de prevenção ao coronavírus. <u>DECRETO Nº 59.359, DE 15 DE ABRIL DE 2020</u> Estabelece a obrigação dos hospitais localizados no Município de São Paulo de prestar informações diárias necessárias à adoção de medidas para enfrentamento da pandemia do Covid-19. <u>DECRETO Nº 59.358, DE 15 DE ABRIL DE 2020</u> Cria Grupo Executivo Intersecretarial com o objetivo de planejar, propor, acompanhar e articular as ações relativas aos procedimentos preparatórios e de realização das inumações decorrentes de óbitos pela Covid-19.
15/04/2020	<u>LEI Nº 17.338, DE 14 DE ABRIL DE 2020</u> (PROJETO DE LEI Nº 235/20, DA MESA DA CÂMARA E TODOS OS SRS. VEREADORES) Insere o art. 8º-A à Lei nº 13.548, de 1º de abril de 2003, que institui o Fundo Especial de Despesas da Câmara Municipal de São Paulo, para prever a transferência de valores para a Conta Única

do Tesouro Municipal, a serem preferencialmente utilizados em ações vinculadas à Secretaria Municipal da Saúde e à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social no enfrentamento ao Coronavírus no Município de São Paulo.

DECRETO Nº 59.349, DE 14 DE ABRIL DE 2020

Recomenda horário de funcionamento das atividades industriais, comerciais e de serviços durante o estado de calamidade pública para enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus.

DECRETO Nº 59.348, DE 14 DE ABRIL DE 2020

Prorroga os períodos de suspensão de prazos previstos no inciso VII do artigo 12 e no artigo 20, ambos do [Decreto nº 59.283, de 16 de março de 2020](#), que declarou situação de emergência no Município de São Paulo e definiu outras medidas para o enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Silvio Tadeu Brígido
sbrigido@sp.gov.br

Edson Prates
eprates@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

(11) 2193-8107 e 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor solicitar cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107